

ESTUDIOS DE LITERATURA MEDIEVAL

25 AÑOS DE LA
ASOCIACIÓN HISPÁNICA DE
LITERATURA MEDIEVAL

EDITORAS

ANTONIA MARTÍNEZ PÉREZ
ANA LUISA BAQUERO ESCUDERO

MURCIA
2012



Estudios de literatura medieval : 25 años de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval / editoras Antonia Martínez Pérez, Ana Luisa Baquero Escudero.-- Murcia : Universidad de Murcia. Servicio de Publicaciones, 2012.

968 p.-- (Editum)
ISBN: 978-84-15463-31-3

Literatura medieval-Historia y crítica.
Martínez Pérez, Antonia
Baquero Escudero, Ana Luisa
Universidad de Murcia. Servicio de Publicaciones.

82.09"05/14"

1ª Edición 2012

Reservados todos los derechos. De acuerdo con la legislación vigente, y bajo las sanciones en ella previstas, queda totalmente prohibida la reproducción y/o transmisión parcial o total de este libro, por procedimientos mecánicos o electrónicos, incluyendo fotocopia, grabación magnética, óptica o cualesquiera otros procedimientos que la técnica permita o pueda permitir en el futuro, sin la expresa autorización por escrito de los propietarios del copyright.

© Universidad de Murcia, Servicio de Publicaciones, 2.012



ISBN 978-84-15463-31-3

Depósito Legal MU-921-2012

Impreso en España - Printed in Spain

Imprime: Servicio de Publicaciones. Universidad de Murcia
C/ Actor Isidoro Máiquez 9. 30007 MURCIA

A BLASFÊMIA DO REI SÁBIO: OS ANTECEDENTES DA LENDA

ISABEL DE BARROS DIAS
Universidade Aberta e CEIL (UNL-FCSH)

RESUMEN:

Estudio de la “pre-historia” de la leyenda de la blasfemia del rey Alfonso X. Se presentan dos textos, una noticia y un pasaje biográfico, que han podido servir de punto de partida de la leyenda existente en la *Crónica de 1344* y en otros textos. Por fin, se subraya el cambio de paradigma que se verifica entre el modelo de soberano propuesto en la biografía y en las versiones posteriores de la leyenda.

Palabras-clave: Afonso X o Sábio, modelo de soberano, fontes, lenda, *Crónica de 1344*, blasfémia, castigo divino.

ABSTRACT:

This article studies the “pre-history” of the legend of King Alfonso X’s blasphemy. Two texts are presented, a piece of news and a biographical passage, which could have been the starting point of the legend extant in the *Crónica de 1344* and in other texts. Finally the paradigm shift that occurs between the models of sovereign proposed by the biography and by the later versions of the legend is underlined.

Key-words: King Alfonso X, *Crónica de 1344*, blasphemy, penalty.

A lenda da blasfémia de Afonso X constitui um dos relatos mais curiosos e, ao mesmo tempo, mais enigmáticos que a historiografia medieval pós-afonsina absorveu. De acordo com esta história, que tem um testemunho importante na segunda redacção da *Crónica de 1344*⁴⁰¹, o rei Afonso X surge numa profecia feita a sua mãe, a rainha Beatriz de Suábia, mulher de Fernando III. Em consonância com a predestinação, o rei Sábio ofende a Deus, afirmando publicamente

palavras de grande soberba, entre as quaas disse que, se elle com Deus estivera ou fora seu conselheiro quando elle criara o mundo, que algũas cousas, se o Deus creera, foron melhor feitas que como as elle fezera. (1344b, IV: p. 382)

Ainda de acordo com o testemunho da *Crónica de 1344*, o rei é avisado por duas vezes da gravidade da sua afirmação, primeiro pelo aio do seu irmão mais novo, o infante Manuel, e seguidamente por um frade menor. Face aos dois avisos, o rei obstina-se na sua soberba, reafirmando a blasfémia. Só quando sobrevém uma tempestade e um raio entra na câmara real queimando muitas coisas, Afonso X tem medo e arrepende-se das suas palavras. Chama o frade e enquanto se confessa, a tormenta acalma-se.

Esta lenda tem sido objecto de alguns estudos, porém não pertence ao conjunto dos assuntos que mais têm despertado a atenção de quem se debruça sobre a historiografia afonsina e demais textos, seus

⁴⁰¹ *Crónica Geral de Espanha de 1344* (ed. de Luís Filipe Lindley Cintra), Lisboa, IN-CM, 1990 (vol. IV) pp. 379-384. De aqui em diante, as referências a esta edição terão a sigla **1344b**. Esta lenda não consta nos testemunhos existentes da primeira redacção da *Crónica de 1344*, sendo que o ms. mais completo desta versão termina truncado antes de chegar ao ponto do relato onde esta história é integrada. Na segunda redacção da crónica portuguesa, a lenda encontra-se inserida na primeira parte do relato sobre a vida de Fernando III, quando se fala da família e descendência deste rei. Para o início deste reinado, o texto da 1344b segue a *Crónica de Castilla*, mas com interpolações, que Lindley Cintra descreve na Introdução à sua edição: Luís Filipe Lindley Cintra, *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Lisboa, IN-CM, 1951 (vol. I – Introdução: p. cclvi sgts.).

derivados. Poucos foram os trabalhos dedicados exclusivamente a este assunto, sendo aqui de salientar, como exceção, os dois artigos que Leonardo Funes publicou na revista *Incipit*⁴⁰², onde o autor procede a uma análise cuidada das variantes da lenda e das razões que poderão ter motivado as diversas adaptações que sofreu, em estreita relação com os vários fins a que serviu em diferentes ambientes políticos e culturais⁴⁰³. A maior parte da crítica que se refere à lenda da blasfémia do rei Sábio fá-lo no quadro de pesquisas mais amplas. É este o caso de dois estudos que também devem ser destacados, um de Georges Martin, sobre a maldição de Afonso X ao seu filho Sancho e as subsequentes construções literárias e ideológicas que acabaram por ditar o final da sua dinastia, contexto no qual a lenda da blasfémia desempenha um papel com algum destaque⁴⁰⁴; o outro, de Amaia Arizaleta, que se concentra em modelos de soberanos e na matriz ideológico-narrativa de estruturas breves, mas de grande eficácia, que apresentam o esquema lógico “pecado do rei -> castigo” no qual se integra a lenda da blasfémia do rei Sábio⁴⁰⁵.

Estando já bem delimitadas e estudadas as várias funcionalidades que a lenda teve e as estruturas do imaginário para as quais remete, penso que restam ainda alguns domínios carentes de alguma pesquisa. Uma das questões que ainda não foi determinada de modo satisfatório é o enigma da origem da lenda que, segundo a crítica, aparece pela primeira vez na *Crónica de 1344*⁴⁰⁶.

Considera-se habitualmente que o conde Pedro Afonso de Barcelos terá podido conhecer a lenda durante alguma das suas estadias em Castela, especialmente quando aí esteve exilado, nos anos 1317-1322, ou depois, em 1336 e 1340⁴⁰⁷. É ainda frequente encontrar referências à possibilidade da lenda

⁴⁰² Leonardo Funes, “La blasfemia del rey Sabio: itinerario narrativo de una leyenda (Primera parte)”, *Incipit*, XIII, 1993, pp. 51-70 y *idem*, “La blasfemia del rey Sabio: itinerario narrativo de una leyenda (Segunda parte)”, *Incipit*, XIV, 1994, pp. 69-101.

⁴⁰³ Com efeito, esta lenda foi adaptada a funcionalidades bastante díspares, tendo servido, tanto para legitimar a rebelião do infante Sancho contra o seu pai, Afonso X, como, cem anos mais tarde, para justificar o final da sua linhagem, considerada maldita, e a sua substituição pelos Trastámaras. De acordo com vários autores, a lenda terá surgido no círculo dos rebeldes que apoiaram Sancho na sua guerra contra Afonso X. Esta ideia é sugerida por Antonio Ballesteros Beretta, *Alfonso X el Sabio*, Madrid - Barcelona, Salvat, 1963 p. 209, no que é seguido por Jerry R. Craddock, “Dynasty in Dispute: Alfonso el Sabio and the Succession to the Throne of Castille and Leon in History and Legend”, *Viator*, vol. 17, 1986, pp. 197-219 - p. 207. A mesma opinião é afirmada por Diego Catalán, *Poema de Alfonso XI. Fuentes, Dialecto, Estilo*, Madrid, Gredos, 1953, p. 65, e secundada por María Cecilia Ruiz, *Literatura y política: el Libro de los Estados y el Libro de las Armas de don Juan Manuel*, Potomac - Maryland, Scripta Humanística, 1989, p. 82 e por Funes (1993 e 1994). Seguidamente terá sido usada para impugnar a dinastia reinante em Castela e, conseqüentemente, os seus direitos sucessórios (como sendo uma dinastia maldita e ilegítima), fase representada pelas referências existentes no *Libro de las Armas* de don Juan Manuel (Funes, 1993 e 1994). Finalmente, a lenda serviu para justificar o fim violento da linhagem de Sancho IV, ao fim de quatro gerações malditas (Sancho IV; Fernando IV, o Emprazado; Afonso XI e Pedro I, o Cruel) e a chegada de Henrique II de Trastámara ao poder. Estas versões da lenda terão surgido no contexto da guerra civil entre Pedro I e o seu meio-irmão Henrique II de Trastámara, de acordo com o sugerido por Catalán (1953: p. 65), Craddock (1986: p. 207) e Funes (1993 e 1994).

⁴⁰⁴ Georges Martin, “Alphonse X maudit son fils”, *Atalaya*, 5 (*L’investive au Moyen Âge*), 1994, p. 151-179. Neste artigo, o autor apresenta raciocínios de grande interesse sobre a participação de D. Juan Manuel e de D. Pedro Afonso no desenvolvimento e difusão destas construções ideológicas.

⁴⁰⁵ Amaia Arizaleta “De la soberbia del rey: dos formas breves en la construcción historiográfica”, María Jesús Lacarra e Juan Manuel Cacho Bleuca, (coord.), *Tipología de las formas narrativas breves románicas medievales - III*, Zaragoza / Granada, Universidad de Zaragoza / Universidad de Granada, 2004, pp. 79-110.

⁴⁰⁶ Catalán (1953: p. 64) diz que a primeira redacção desta visão se encontra na *Crónica de 1344*. O mesmo pode ser encontrado em Ruiz (1989, p. 80). Craddock (1986, p. 207) defende que a lenda não será invenção de Pedro Afonso de Barcelos, mas terá sido ele o responsável pela sua integração na história. Funes (1993: pp. 57-58) também apresenta a *Crónica de 1344* como o primeiro testemunho da lenda.

⁴⁰⁷ De acordo com Cintra (1951: pp. cxlvi-cli), o conde Pedro de Barcelos esteve desterrado cerca de quatro anos e meio em Castela, altura em que terá frequentado a corte da regente, Maria de Molina. Como terá voltado a Portugal cerca de 1322, isso implica que terá partido em meados de 1317. Além desta estadia mais prolongada, o conde também terá ido a Castela em 1336 (quando Afonso IV de Portugal declara guerra ao rei de Castela por este

lhe ter sido dada a conhecer por D. Juan Manuel⁴⁰⁸, filho do infante D. Manuel, irmão mais novo de Afonso X. Esta hipótese costuma ser justificada pelo facto da versão portuguesa da lenda referir explicitamente o infante D. Manuel⁴⁰⁹. Além disso, o conde Pedro Afonso, durante o seu exílio de 1317-22, terá frequentado a corte de Maria de Molina (Cintra, vol. I: p. clxxxix), local onde terá havido boas possibilidades de se ter cruzado com o magnate castelhano D. Juan Manuel (Cintra, vol. I: p. cl)⁴¹⁰.

Além desta hipótese, Georges Martin apresentou duas sugestões mais. A primeira seria a de uma transmissão no ambiente da corte portuguesa, no quadro da permanência nesta corte de Constança Manuel, filha de D. Juan Manuel e rainha de Portugal de 1339 a 1345 (Martin, 1994: p. 176). No entanto, esta possibilidade tem contra si o facto de para a época em que Constança Manuel é rainha de Portugal não haver notícias concretas de que D. Pedro Afonso tenha frequentado a corte do seu meio-irmão, Afonso IV⁴¹¹. Finalmente, é colocada a hipótese de uma transmissão via a família dos Lara, dada a proximidade entre o conde português e esta importante linhagem. No entanto, a hipótese não é desenvolvida (Martin, 1994: p. 176).

Sendo o modo como a lenda da blasfémia do rei Sábio chegou a Portugal uma matéria ainda duvidosa e sujeita a discussão, este não é o único ponto incerto relacionado com o relato que aqui nos ocupa. O facto da lenda aparecer na *Crónica de 1344* de modo já totalmente acabado e romaneado não ajuda a esclarecer as dúvidas que enunciámos. Pelo contrário, acentua interrogações e levanta mais questões que discutiremos em outro lugar.

Assim, no presente estudo, será discutida uma questão muito específica, em parte relacionada com a anterior, mas atinente à pré-história da lenda da blasfémia do rei Sábio: a possibilidade de existirem antecedentes textuais que possam ter servido, ou de inspiração, ou de elemento despoletador do que depois será a história que conhecemos.

Lindley Cintra, ao editar a *Crónica de 1344*, quando chega a este ponto do relato, afirma no aparato crítico: “A partir de aqui, fonte desconhecida” (1344b, IV: p. 379n). A crítica tem optado por remediar o problema da ausência de uma fonte escrita com a hipótese de uma circulação oral anterior⁴¹². Sendo

reter a esposa do filho, Constança Manuel) e em 1340 (no quadro do apoio militar de Portugal a Afonso IX – cf. batalha do Salado).

⁴⁰⁸ Esta possibilidade é sugerida por María Cecília Ruiz, referindo-se a Diego Catalán: “La segunda posibilidad fue propuesta recientemente por Diego Catalán: puede ser que fue el mismo don Juan Manuel el que se lo contó al conde de Barcelos en alguna ocasión” (Ruiz, 1989: p. 83). Martin (1994: p. 176) também considera esta possibilidade.

⁴⁰⁹ Uma vez que o segundo aviso que é feito a Afonso X é transmitido pelo aio deste infante e a suas instâncias: “E depois a grande tempo que el rey dom Afonso reynava, aconteceo que hu u cavaleiro de Panpigra, que avya nome Pero Mart iz e criara o iffante dô Manuel, vyo en vison hu u hom muy fremoso em vestiduras brancas e disselhe como no ceo era dada sentença per que morresse el rey dom Afonso deserdado e ouvesse maaõ acabamento. [...] E o cavaleiro, depois que foy manhã, partiosse de Pampigra e fuisse a Pena Fiel, onde o iffante Manuel estava, e contoulhe todo o que vyra e ouvyra. E o iffante mandoulhe que o fosse dizer a el rey que era em Burgos.” (1344b, IV: pp. 382-383).

⁴¹⁰ Esta possibilidade choca, no entanto, como facto de não haver uma referência específica, na obra de D. Juan Manuel, a esta lenda. Há referências a sonhos premonitórios e a maldições paternas no *Libro de las Armas*, mas estas alusões são muito vagas e diferentes. Funes (1993: p. 69) sugere a existência de um fundo oral comum e de duas reescritas, por motivos diferentes. Porém, não se percebe por que razão o magnate castelhano poderia ter querido omitir uma lenda que exalta o seu próprio pai e diminui Afonso X. Diego Catalán (1953: p. 65n) sugere motivos relacionados com a admiração literária que D. Juan Manuel teria pela obra intelectual de Afonso X. No entanto, o *Libro de las Armas* não é obra que tenha grandes preocupações literárias ou culturais, pois os seus motivos dominantes são políticos e evidentes.

⁴¹¹ “Não temos notícia nesta época da sua permanência na corte de Afonso IV, o que não quer dizer que não a visitasse uma que outra vez” (Cintra, 1951: p. clxix). Cintra qualifica os anos entre 1325 e 1354 como a terceira fase da vida do conde: depois de uma primeira fase em que viveu sobretudo na corte do seu pai, o rei D. Dinis, seguiu-se o exílio em Castela e, por fim, uma fase mais calma, nos seus domínios da Beira (Cintra, 1951: p. clxix).

⁴¹² Funes (1993: p. 56) defende que antes da sua integração na *Crónica de 1344*, a lenda da blasfémia teria

esta possibilidade, até certo ponto, verosímil, queremos, no entanto, apresentar algumas possibilidades de antecedentes que, não podendo ser considerados fonte textual directa do texto português, têm boas hipóteses de poder ser vistos como “pré-história” da lenda.

Uma primeira hipótese foi proposta por Ballesteros-Beretta⁴¹³, que assinalou a possibilidade de uma relação com um acontecimento ocorrido em Segóvia, e referido nas *Memorias antiguas de Cardena*, publicadas em 1721 por Francisco de Berganza, onde se pode ler:

Era de MCCXCVI años fundiõse el Palacio de Segovia con El Rey D. Alfonso, e con muchos de sus ricos omes, e con Obispos: e murió y e Maestre Martin de Talavera, Dean de Burgos: fueron feridos otros muchos Obispos, e ricos omes, e fincò el Rey sano, e esto fuè el dia de Sant Vitores, a ora de yantar, cinco días por andar del mes de Agosto.

Ballesteros-Beretta interpreta “fundióse” como indicativo de um incêndio⁴¹⁴. Porém, o termo pode designar simplesmente uma derrocada, âmbito semântico documentado para os sécs. XIII a XV⁴¹⁵. Além disso, quando se passa em revista as várias notícias que integram este documento, é possível encontrar outra referência que parece bastante mais interessante para a questão aqui em estudo, e que diz o seguinte:

Era de MCCXCII. años, en dia de Sant Lucas entró en Burgos Don Adoart, è prisò por muger à la hermana del Rey Don Alfonso, fija del Rey Don Ferrando, el que prisò Sevilla. Vino vn fuego del Cielo, è cayo antel Rey en la Glera de Burgos, e fizo gran sueno.⁴¹⁶

Com efeito, este apontamento fala especificamente de um raio, situando o acontecimento em Burgos. Esta cidade também é referida no relato da *Crónica de 1344*, apesar de este testemunho situar a tempestade e o episódio do raio em Segóvia. Porém, o primeiro aviso tinha ocorrido em Burgos, cidade onde o rei reafirma a blasfémia que anteriormente dissera “em praça” em Sevilha.

Apesar de reconhecer a distância que separa um relato estruturado de um apontamento noticioso, creio, no entanto, que o episódio em causa e a respectiva notícia poderão ter tido um papel de “mote” para o desenvolvimento subsequente da lenda, onde o evento de base, a queda de um raio nas imediações do soberano, é completado e enriquecido com motivos que o procuram justificar e que, como já foi demonstrado pela crítica, se encontram carregados de intenções políticas e sociais.

Acontece ainda que a notícia das *Memorias antiguas de Cardena* não é o único testemunho desta fase “pré-histórica” da lenda da blasfémia do rei Sábio. Existe outro testemunho ao qual me parece que não tem sido dada a devida importância e que pode constituir uma peça fundamental desta pesquisa uma vez que pode representar o início da construção da lenda, pois o seu carácter já ultrapassa o nível meramente noticioso. A passagem encontra-se na biografia de Afonso X, por Juan Gil de Zamora, publicada em 1884 por Fidel Fita⁴¹⁷. Neste texto podemos ler o seguinte:

circulado oralmente. Ainda segundo este autor, a transição da oralidade à escrita terá ocorrido nos anos 40 do séc. XIV (p. 67). Arizaleta (2004: p. 92) também fala de uma lenda oral que circularia desde o último terço do século XIII.

⁴¹³ Ballesteros-Beretta (1963: pp. 209-211).

⁴¹⁴ “Las referencias son muy escuetas, pero algo puede colegirse. Se trata de un incendio, porque la palabra *fundióse* no puede aludir a otro elemento de destrucción. Se hallaba en el palacio Don Alfonso, que resultó sano.” (Ballesteros-Beretta, 1963: p. 209).

⁴¹⁵ Com efeito, no *Diccionario Medieval Español* de Martin Alonso (Salamanca, Univ. Pontificia, 1986, tomo II, p. 1178) encontramos para “fundir”, tanto o significado de “derretir y liquidar los metales, los minerales u otros cuerpos sólidos” – atestado para o séc. XV, como o significado “hundir-se, caer, faltar”, atestado para os sécs. XIII a XV, período onde melhor se inserem os documentos que estamos a considerar.

⁴¹⁶ “Memorias antiguas de Cardena” in *Antigüedades de España, propugnadas en las noticias de sus reyes, en la coronica del real monasterio de San Pedro de Cardena, en historias, cronicones, y otros instrumentos manuscritos, que hasta aora no han visto la luz publica*. Parte segunda. Compuesta por el R.P.M. Fr. Francisco de Berganza, Madrid, Francisco del Hierro, 1721 – p.588-590 – as duas passagens estão na p. 589. Este livro está disponível para ser descarregado no site Google books: <http://books.google.com/> [consultado em Agosto de 2011]

⁴¹⁷ Fidel Fita (ed.), “Biografías de San Fernando y de Alfonso el Sabio por Gil de Zamora” *Boletín de la*

23. Aldefonsum etiam prefatum Dominus altissimus et eternus a multis periculis liberavit. Nam semel, cum esset apud Secobiam cum suis secretariis secreta consilia sua tractans, solarium corruit cum eisdem; et aliis dirutis et destructis, evasit ipse incolumis et illesus. Apud Secobiam similiter cum in sero de civitate tres in ipsum sagitas emisissent ut ipsum vita et regno privarent, sagite in partem aliam voluntate doifica declinarunt, et in quodam lignum loco superpositum impegerunt, Regis interitum declinantes. A quibus vero vel a quo sagite fuerunt misse, et cujus seu quorum consilio, varie decantatur; et sanius iudicio subticere quam super facto tam enormi aliquid sorspitare. Cum etiam idem Rex esset apud Toletum, fulgur terrificum, de nubibus acelerans, locum ubi erat Rex cepit quasi exploratorie circuire; et hinc inde percutiens prosilit quasi reverentiam faciens ipsi Regi. Multa quoque alia circa ipsa pericula contigerunt a quibus ipsum liberavit misericorditer Deus altissimus et eternus veniam sibi dando, ut ob ista oculos ad celum levaret et recognosceret quod in manu Domini est opera cujuslibet creature, et ad illum locum dirigitur quo voluntas dirigitur gubernantis. (pp. 322-323)

Nesta passagem, onde se procura nitidamente exaltar o rei Sábio, é feita alusão a três acontecimentos que são apresentados como exemplos da protecção divina concedida ao rei:

1. A derrocada de um teto de uma sala em Segóvia quando o rei ali se encontrava, conversando sobre os seus planos e segredos com o seu círculo mais restrito, acidente do qual o rei sai incólume. Este acontecimento é compatível com a notícia reportada nas *Memorias Antiguas de Cardeña*, salientada por Ballesteros-Beretta. De notar ainda, no excerto, o uso de “corruit” do verbo “corruo” que significa “desabar”, “derrubar”, “cair”, o que vem acentuar a ideia de se dever entender o termo “fundião”, usado nas *Memorias*, como indicador de uma derrocada.

2. Ainda em Segóvia, três flechas que são atiradas contra o rei, não se sabe por quem, nem a mando de quem, mas que se vão cravar numa madeira, recusando-se a atentar contra a vida do soberano.

3. Por fim, agora em Toledo, um raio cai desgovernadamente no local onde estava o rei, mas não só não lhe toca, como parece fazer-lhe reverência. Este acontecimento será também compatível com a outra notícia referida nas *Memorias Antiguas de Cardeña*, e que indicámos. Porém, é fundamental notar que, ao contrário do reportado no documento de Cardeña, o relato de Juan Gil de Zamora caracteriza-se por elaborar mais longamente a ocorrência e, sobretudo, por propor uma interpretação.

Apesar das diferenças no que toca aos motivos que levaram a que se conte o acontecimento e à sua interpretação, creio que este último trecho de Juan Gil de Zamora pode ser considerado testemunho de uma primeira interpretação do acontecimento que poderá ter estado na origem da blasfémia do rei Sábio. Também será significativa a proximidade entre biografia e historiografia pois trata-se de dois géneros contíguos entre os quais as transferências de informações têm sido (e ainda são) constantes.

Posteriormente, o sucedido terá sido alvo de novas interpretações que contrariaram em absoluto a linha ideológica e o modelo de soberano anteriormente veiculados pelo frade zamorano e colaborador de Afonso X.

Olhando para as duas passagens, a da biografia e a da versão historiográfica portuguesa, o que mais salta à vista é o facto do texto de Juan Gil de Zamora ser simplesmente o relato de um acontecimento seguido de interpretação, enquanto que a versão existente na *Crónica de 1344* é uma história estruturada e com um grau de elaboração já bastante sofisticado. Esta diferença é muito importante e obriga-nos a considerar que entre os textos mais antigos que aqui apresentámos e a versão portuguesa da lenda se verificou uma evolução e uma elaboração textual de monta. Se esse desenvolvimento teve lugar de modo exclusivamente oral ou se há testemunhos escritos que o possam documentar, é ainda matéria não encerrada.

Os dois textos transmitem-nos leituras do acontecimento radicalmente diferentes. Na biografia elaborada por Juan Gil, contrariamente ao que se passa na *Crónica de 1344*, não temos profecias,

Real Academia de la Historia, tomo 5, 1884, p. 308-328. O texto está disponível online em: http://bib.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/12504986456704839654657/p0000031.htm#l_44_ [consultado em Agosto de 2011]. A biografia e o episódio concreto da queda do raio são referidos por Peter Linehan, *History and Historians of Medieval Spain*, Oxford, Oxford University Press, 1993, pp. 457-58. Este autor também alude à versão portuguesa da lenda, porém não discute possíveis relações entre os dois textos.

nem blasfémias. Porém, temos o motivo do raio e o facto da queda do mesmo ser objecto de uma interpretação sobre-humana. No entanto, esta interpretação, no relato do zamorano, não dá azo a críticas contra Afonso X. Pelo contrário, a história da queda do raio é usada num contexto positivo e panegírico, servindo para exaltar o soberano, exemplificando a aliança entre o rei e Deus e a consequente protecção divina dada ao monarca. No relato da crónica portuguesa a leitura sobrenatural é de sinal contrário, sumamente negativa, pois o acontecimento é associado à profecia e à blasfémia e, neste contexto, constitui prova da supremacia divina destinada a pôr no devido lugar um soberano orgulhoso que dera provas de rivalidade e, consequentemente, de rebeldia contra Deus.

Considerando ainda os dois pólos da evolução da lenda que temos vindo a tratar, é importante sublinhar a acentuada alteração de paradigma que se verifica entre o texto da biografia e o da lenda tal como esta nos aparece na *Crónica de 1344* e em outros textos⁴¹⁸.

Esta inversão é muito interessante ao nível do imaginário pois pressupõe uma mutação importante de modelo de conduta. Na sua obra, Afonso X cultivou uma imagem conforme ao paradigma, relativamente comum, do rei culto e sabedor⁴¹⁹, imagem esta que é ecoada por outros autores, tendo ainda ficado associada à sua própria designação mais corrente graças ao apodo de “Sábio”. Porém, a lenda que encontramos na *Crónica de 1344*, arreda o soberano desta imagem mais simples do rei sapiente e sensato para o integrar na classe mais complexa dos sábios que caíram na insensatez de querer saber demasiado e que foram criticados ou castigados por isso, como Salomão, cume de sabedoria, mas igualmente associado às artes mágicas, ou Alexandre Magno⁴²⁰, cuja história foi reportada também por Afonso X na sua *General estoria*, e cuja excessiva sede de conhecimento dos segredos da natureza constituiu alvo de acerba reprovação.

Esta linha crítica contrária a Afonso X é ainda acentuada num dos manuscritos da segunda redacção da *Crónica de 1344*, o ms. de Paris (P), que foi copiado por ordem do Condestável D. Pedro, filho do infante D. Pedro de Portugal, e que será de cerca 1460⁴²¹. Este manuscrito, que por vezes tem lições bastante diferentes, e que integra uma continuação da crónica, apresenta a seguinte observação sobre Afonso X:

E algũus querẽ dizer que este rey fez criar hũu bicho per tal arte e costolaçõ que, cõ sua grandeza e peçonha avya de destruyr a Espanha e que este bicho foy morto, tirandolhe da vyanda pouco e pouco ataa que desfaleço de todo. Mas isto se cree fabulosamente seer contado. (1344b, IV: p. 513 cont. del ms. P)

A lenda da blasfémia somada a esta nota leva-nos a ver Afonso X como um astrólogo, um bruxo, quase um segundo Merlin, que se ocupa de experiências suspeitas ou mesmo perigosas. Esta observação está ainda em sintonia com o tema da soberba castigada, que marca a lenda da blasfémia. Os dois episódios indiciam uma mentalidade e um contexto ideológico sumamente crítico da busca exagerada de conhecimento e da sobrevalorização das capacidades individuais. No entanto, é irónico constatar que estas duas passagens da *Crónica de 1344*, apesar de procurarem criticar um tipo bastante concreto de atitude que se atribui a este soberano específico, acaba por associá-lo, ao nível do imaginário, a

⁴¹⁸ Para uma ideia geral dos vários testemunhos que veicularam ou se referiram à lenda da blasfémia do rei Sábio, ver Funes (1993 e 1994) que transcreve vários destes textos.

⁴¹⁹ Sobre este assunto ver, por exemplo, o artigo de Kirstin Kennedy, “The *Sabio*-Tops: Prologues of Alfonso X in the Context of his Thirteenth-Century Royal Contemporaries”, Andrew M. Beresford & Alan Deyermond (eds.), *Proceedings of the Ninth Colloquium*, London, Dept. of Hispanic Studies, Queen Mary and Westfield College, 2000, pp. 175-90.

⁴²⁰ Sobre a soberba régia e a associação da imagem de Afonso X transmitida pela lenda da blasfémia a Alexandre Magno como modelo deste perfil de soberano ver Funes (1993: pp. 55-56) e Arizaleta (p. 99 spts.) que também salientam a importância cultural do *Libro de Alexandre*.

⁴²¹ Cintra, 1951, vol. I, p. dix-dxii. O ms. de Paris consta já num inventário de 1466. As suas lições, por vezes, são um pouco diferentes e, por isso, ocupam o segundo nível do aparato crítico da edição de Cintra da *Crónica de 1344*. No caso específico da lenda da blasfémia de Afonso X, este ms. faz um resumo que é transcrito no aparato crítico (cf. vol. IV: pp. 379-384n).

figuras com as quais, por certo, o próprio Afonso X não desdenharia ter por companhia uma vez que é relativamente comum o paradigma do grande sábio incluir, como contraparte mais obscura, uma vertente de cariz “suspeito”.